

Introdução

José Carlos Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, JC. Introdução. In: *O corpo na história* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Antropologia e saúde collection, pp. 15-28. ISBN: 978-85-7541-555-9. Available from: doi: [10.7476/9788575415559](https://doi.org/10.7476/9788575415559). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/p9949/epub/rodrigues-9788575415559.epub>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

A história leva a tudo, com a condição de se entrar nela.

Jacques Le Goff

Neste trabalho tentei uma consideração especial de nossa cultura ocidental. Procurei oferecer dela uma apreensão global, quer do ponto de vista dos grandes processos que caracterizaram sua formação, quer, sobretudo, do ângulo dos pequenos fluxos que configuraram as mentalidades e sensibilidades dos seres humanos em que ela se materializou. De modo mais específico, dediquei meus esforços a colocar em evidência alguns dos movimentos que vieram a constituir historicamente esse fenômeno que se chama correntemente de ‘subjatividade’ contemporânea – uma derivação direta, como veremos, da individualidade moderna.

Proponho, para desenvolver meu projeto, uma espécie de pacto com o leitor: sugerir mais do que afirmar; insinuar tendências que ele poderá testar no laboratório de si mesmo, mais do que invadir o seu espaço. Procurarei falar o mínimo sobre aquilo que, suponho, o leitor possa ver por si só, procurando oferecer-lhe a oportunidade – ora factual, ora conceitual – de dialogar intimamente com os dados e as idéias que estarei apresentando. Por essa via, espero que o leitor dialogue com o meu texto e consigo mesmo.

Gostaria de destacar, de início, ainda que para solicitar alguma complacência ao leitor que deles vier a sentir alguma falta nestas páginas, que os grandes processos econômicos e políticos estão de certo modo razoavelmente bem estudados. Isto é bastante compreensível, pois nossos historiadores e teóricos sempre se dedicaram aos mesmos. A história das mentalidades, por outro lado, embora recente, também tem recebido nas últimas duas, três ou talvez quatro décadas, uma ênfase muito intensa. Em tais áreas existem bibliografias enormes, institutos de pesquisa, arquivos, cursos e até cátedras universitárias específicas. No entanto, não tem havido uma atenção similarmente notável dedicada ao que eu designaria de uma ‘história da sensibilidade’, seguindo os passos de Lucien Febvre (1987). Nesse sentido, as tentativas têm sido um pouco esparsas, além de consideravelmente assistemáticas. Sei que serei compreendido em minhas dificuldades.

Um dos objetivos deste trabalho é transportar a atenção do leitor para o fato de que a sensibilidade que temos hoje – seja auditiva, tátil, gustativa, olfativa, visual – tem uma história e, especialmente, uma significação. Seguindo diversas

pistas que os historiadores nos fornecem e sendo quase meramente um discípulo desses etnógrafos de nós mesmos (Lévi-Strauss, 1967), pretendo tornar bastante claro que nossos sentidos estéticos, nossas reações à violência, nossos sentimentos de medo, nossos cuidados com saúde, nossas preocupações com higiene, com horários, com exatidão e cálculo, nossas preferências amorosas e sexuais, enfim, coisas que parecem tão familiares e naturais aos nossos olhos, não existiram sempre e têm por trás de si um passado rico em detalhes e em variações. O passado não está apenas no passado: ele constituiu nossa sensibilidade e continua de certa forma, como veremos, a ser presente.

A estratégia que empreguei para o tratamento deste assunto é a que considero a mais fundamental da antropologia: comparar e contrastar, tentar entender como o mesmo pode ser outro, como o familiar pode vestir a roupa do estranho, como o semelhante pode ser diferente e vice-versa. De modo bastante específico e voluntário, procurei priorizar o contraste, dando ênfase a tempos e circunstâncias em que as questões que estudaremos aconteceram de maneira diversa daquela a que estamos habituados.

Procurei conscientemente exagerar o contraste. Por meio dele – por cujo excesso poderei mesmo ser objeto de críticas, provavelmente justas – tentei situar como é a nossa sensibilidade atual. Esforcei-me igualmente por dar uma idéia de o que ela representa histórica e politicamente. Acontece que neste trabalho o contraste é também uma estratégia de comunicação com o leitor. Procurei, tanto quanto me foi possível, permitir que o contraste falasse por si e revelasse o que teria a dizer sobre nós. Pareceu-me que este seria o caminho mais seguro para chamar a atenção sobre algo que é tão familiar ao leitor, que correria o risco de não ser percebido. Mas esta observação se aplica também a mim. Eis mais ou menos o ponto que pretendi ajudar a resolver mediante o contraste: assim como o olho não se vê a si mesmo, nossa sensibilidade não é muito sensível a si.

Mas, por que razão sensibilidade? Não estaria eu incorrendo no erro de repetir o que já foi feito no âmbito da história das mentalidades ou das idéias? Penso que seja preciso uma palavra sobre isto. Não quero me envolver em uma discussão bizantina sobre nuances de conceitos, muito menos sobrecarregar o leitor com tal exercício. Todavia, é preciso lembrar, de início, que mentalidades e idéias não necessariamente coincidem com sensibilidade. Aquilo que os homens pensam (ou dizem que pensam) e o que sentem não se coaduna obrigatoriamente – seja-me permitido e desculpado lembrar esta obviedade.

Um exemplo rasteiro disso: se fizermos uma enquete sobre o que as pessoas pensam a respeito do racismo, chegaremos a um determinado resultado (nos meios liberais ou de esquerda, possivelmente repúdio ao mesmo). Chegaríamos ao mesmo resultado se, nestes mesmos meios, o objeto da pesquisa fosse o que as pessoas efetivamente sentem em relação ao contato corporal entre raças, sobre a alimentação em comum etc.? Questão análoga poderia ser levantada sobre a rela-

ção entre os sexos, as regras de higiene, a tolerância com os deficientes físicos, o tratamento a filhos adotivos, a doação de órgãos, e assim por diante.

Impossível, todavia, quando se trabalha com sensibilidades, não estar trabalhando com mentalidades e idéias, ou mesmo com os macroprocessos econômicos e políticos. A diferença, aqui, não é tanto de objeto. Na verdade, é sobretudo uma diferença de estratégia de abordagem do tema. Nos grandes processos de decadência do mundo medieval, de conquista do Novo Mundo, de formação do reino capitalista, por exemplo, há as idéias, as mentalidades, mas também as sensibilidades. Parte do propósito deste trabalho será tentar mostrar que assuntos deste teor não são dissociáveis e procurar exibi-los como interdependentes, isto é, os mesmos entrelaçamentos tecem simultaneamente o gigantesco e o microscópico. Transitarei, assim, livremente, de um para outro, embora procurando, como esforço específico, privilegiar as dimensões da sensibilidade.

O ponto de partida será a Idade Média. Referencial, na verdade, em grande medida arbitrário. Como Lévi-Strauss (1970) sabiamente observou, todas as sociedades humanas têm atrás de si um passado da mesma extensão e da mesma profundidade. Qualquer corte no tempo é, assim, algo arbitrário. Pensemos, apenas como ilustração, nos povos americanos. Não têm eles atrás de si um passado anterior à colonização, mais remoto que a Descoberta, ainda mais profundo que as migrações pelo estreito de Behring e que, no limite, como o passado de todos os homens, atinge o sul da África? Qualquer corte temporal, portanto, tem valor sobretudo estratégico. Não pode ser tomado como absoluto. De fato, poderia ter sido feito em quaisquer outros pontos – Grécia, Roma ou Antigo Egito – se esses fossem relevantes para o problema em estudo.

Não obstante, por seu valor estratégico, o corte que resolvi fazer neste trabalho também é em grande parte motivado. Em primeiro lugar, porque as mentalidades e as sensibilidades medievais são aquilo *contra* o que a cultura capitalista e, mais adiante, a cultura industrial se definem. Estas culturas se posicionam diante da cultura medieval e afirmam enfaticamente para elas mesmas: isto é o que não queremos ser, isto é o que renegamos da maneira mais convicta e radical. De certo modo, a Idade Média constitui, se posso dizer assim, o outro específico da civilização moderna e contemporânea. E esta parte de nós, de nossa tradição cultural e histórica, que, paradoxalmente, no plano dos ideais, não cansamos de recusar, consiste, como espero demonstrar no fluir dessas linhas, em excelente referencial para contrastar e relativizar nossas próprias concepções e sensibilidades.

Encontramos em nossa cultura contemporânea uma relação, digamos assim, quase antagonica entre nossos sonhos, nossa maneira de ser, nossa sensibilidade, nossas atitudes, mentalidades etc., e seus correspondentes medievais. No que diz respeito à Antigüidade, até cultivamos uma certa afinidade idealizada. O Renascimento, por exemplo, valorizou a estética antiga; a legislação romana reapare-

ceu com força no Estado moderno; a filosofia grega se transformou em referencial no Classicismo... Deste modo, se, por um lado, estou praticando um gesto arbitrário, por outro é possível presenciar, na escolha da Idade Média como ponto de partida, uma motivação estrategicamente relevante para o estudo que pretendo desenvolver. Espero que as páginas seguintes deixem este ponto inteiramente compreensível.

Em segundo lugar, um assunto mais polêmico: a escolha da Idade Média como ponto referencial de minha reflexão sobre a sensibilidade hodierna não se revela totalmente imotivada, simplesmente porque nas sociedades industriais contemporâneas há muito de medieval. Este traço é especialmente verdadeiro se tivermos em mente aqueles segmentos habitualmente chamados de ‘pobres’ ou de ‘classes populares’. Como as páginas seguintes deixarão fortemente sugerido, estas serão, sem dúvida, as últimas a abandonar os padrões de comportamento, pensamento e sentimento que existiam antes da emergência do capitalismo. De maneira implícita ou explícita, deverei retornar diversas vezes a este aspecto.

Em terceiro lugar, gostaria de observar também que há muito de medieval na cultura brasileira (DaMatta, 1993a,1993b), embora não seja este um tema privilegiado do presente trabalho. Bastaria lembrar, sobre isso, que o País foi colonizado por portugueses e que Portugal, à época da colonização, não era vanguarda do capitalismo europeu. Dos portugueses que para cá vieram, em particular, não se pode afirmar enfaticamente que constituíssem, em sua maioria, a linha de frente do capitalismo português. Os colonizadores aqui aportaram ainda, e em muito, embebidos de uma visão de mundo anterior à cultura capitalista, que na época era apenas emergente na Europa.

Esta característica cultural dos colonizadores não será desprovida de conseqüências para matizar em muito nossas sensibilidades atuais no Brasil, notadamente naquilo em que discrepam, em todas as camadas da população, do que se observa nos países do Primeiro Mundo. Ela imprimiu sua marca em nossas sensibilidades, assim como o fez no vocabulário das classes populares, nas nossas festas folclóricas, na literatura de cordel, nas nossas crenças religiosas, nos nossos hábitos alimentares, nas nossas práticas cotidianas.

Em muitos momentos, escrevendo sobre a cultura medieval, tive a impressão cristalina de estar passeando pelas nossas cidades e, sobretudo, pelas nossas favelas, pois no Brasil ou na Europa, para retomar uma citação de Stubbs (*The Constitutional History of England*) feita por Alan Macfarlane (1989:199), “conforme descemos na escala social, a diferença entre a vida moderna e a medieval vai rapidamente diminuindo”. Tal presença, na sociedade brasileira, não cessa de contaminar, diga-se de passagem, até mesmo setores bastante adentrados no universo moderno e industrial. Acho que o leitor terá, aqui e ali, sensação análoga.

A cultura brasileira é, em medida considerável, *ante* e *anti* capitalista, como costume dizer. Semelhante afirmativa, talvez exagerada, será fácil de entender e de confirmar se considerarmos que aqui o capitalismo lançou bases firmes praticamen-

te apenas nas regiões que receberam imigrantes já razoavelmente doutrinados em uma cultura capitalista. Foi mais ou menos o caso dos alemães no Sul e, de certa maneira, dos italianos em São Paulo. O argumento adquire muito mais força e se torna mais enfático se não nos limitarmos a considerar apenas a faceta europeia de nossa constituição e se trouxermos à cena nossos personagens indígenas e africanos, quase unanimemente adversos à cultura que os vem escravizando e dizimando.

Para fazer essa viagem à Idade Média é preciso tomar alguns cuidados. Gostaria que antecipadamente me desculpassem os leitores dispensados de alerta em relação a esses aspectos. Ainda assim, considere prudente tornar explícitas algumas armadilhas que estão à espreita e que certamente poderiam inviabilizar nosso raciocínio de maneira perversa, transformando o nosso ponto de partida estratégico em um pântano em que nos faríamos inadvertidamente afogar.

Primeiro, mas não em ordem de importância, tomemos cuidado com as generalizações. Estamos sempre ameaçados pela tendência a acreditar que o outro seja homogêneo. Com facilidade dizemos: ‘na cultura chinesa...’ – e esquecemos que aí dentro figura cerca de um quarto da humanidade, um verdadeiro oceano de experiências e de diferenças, algo muito maior do que se poderá algum dia vir a conhecer. Analogamente, um cuidado fundamental é lembrar, inclusive para compensar liberdades que adiante tomarei, que a Idade Média não é homogênea e que sob este rótulo abrigamos, para dela fazer abstração, uma imensa multiplicidade de regiões, de povos, de grupos e também de classes sociais. Há ainda, sob o termo, uma pluralidade de tempos, pois esses mil anos que constituem a história medieval não se limitaram absolutamente a reeditar de maneira monótona o mesmo texto.

É importante, em especial como antropólogo, registrar esse cuidado com a generalização ou com a atribuição de homogeneidade ao outro. É bastante comum, na mitologia dos antropólogos, situar o nascimento da antropologia na descoberta do Novo Mundo. Segundo esse mito de origem, os homens teriam vivido acomodados a uma espécie de monotonia cultural antes e principalmente durante a Idade Média. Repentinamente, com a descoberta dos povos americanos, ter-se-iam despertado uma súbita consciência da diferença cultural e uma curiosidade particular, anteriormente inexistentes. Cita-se, a este propósito, Montaigne, particularmente em seu conhecidíssimo ensaio sobre os canibais, como se ele fosse precursor de um novo saber dedicado à diferença, como se representasse uma espécie de pai fundador do raciocínio propriamente etnológico.

De fato, algo muda por esta época no que diz respeito ao entendimento da diferença. Sem embargo, do ponto de vista factual, essa idéia de que a diferença fosse desconhecida está totalmente equivocada. Como Marc Bloch demonstrou com toda clareza em seu importante trabalho sobre a sociedade feudal (1968), a Europa da Idade Média dista muitíssimo da paisagem de semelhança que o raciocínio supõe: conhecia e traficava íntima e intensamente com a Ásia, relacionava-

se com toda a Europa do Norte, mantinha contatos freqüentes com a África, especialmente com o norte muçulmano, além de ser ela mesma um gigantesco caldeirão de índoles, de crenças, de religiões, de povos, de destinos, enfim.

A diferença obviamente não nasceu com as grandes navegações ou com o descobrimento da América. Aquilo que mudou – mas por outras razões que não as grandes navegações ou as grandes descobertas – foi a *atitude* diante do outro. A atitude de tentar compreender o outro como objeto e a postura objetificante ao explicá-lo é que encontram um nascedouro mais ou menos por essa época. Mas essa atitude de tornar o outro objeto é também, de certa maneira, um procedimento de negar o outro enquanto tal. No limite, ela quer domesticá-lo, privá-lo de sua alteridade selvagem, reduzir suas ações às próprias, capturar e fazer devorar sua lógica pela do sujeito. É necessário que nos precitemos, portanto, contra essa tendência etnocêntrica ao empobrecimento semiológico da Idade Média – procedimento que consiste em desqualificá-la para, sobre esta desqualificação, fundar a ilusão de superioridade do conhecimento que pensa poder abarcá-la.

Ainda nesta direção, é preciso, em seguida, afastar alguns preconceitos. Afirmei anteriormente que a Idade Média é aquilo contra o que o capitalismo simbolicamente se definiu. Na visão de mundo deste sistema, aqueles séculos constituiriam uma espécie de território de barbárie, noite de mil anos, floresta de pedra, idade das trevas, período da história em que nada ou quase nada culturalmente relevante teria acontecido. Tempo em que tudo o que fosse virtude pelo prisma das idéias capitalistas simplesmente inexistiria. Época em que todas as ‘conquistas’ do futuro permaneceriam ausentes.

Antes de tudo, devemos ver nessas opiniões uma atitude política. O sistema capitalista nasceu, como sabemos, da ruptura das relações sociais, políticas e econômicas medievais e se definiu por antagonismo a estas. Muitos dos epítetos que se lançam contra a cultura medieval têm raiz exatamente nesse enfrentamento – que é globalmente simbólico, mas ao mesmo tempo político e ideológico: os preconceitos decorreriam automaticamente de o medieval ser o diferente específico do capitalismo adiantado; seriam a própria concretização dessa alteridade particular, travestida de conhecimento.

Notemos, primeiramente, com Umberto Eco (1989), que a própria idéia de Idade Média é uma noção residual. É necessário tê-lo sempre em mente: quando alguém fala em Idade Média, refere-se a algo que não sabe muito bem como situar entre duas Idades, ou duas Eras, digamos, ‘ilustres’. De um lado, a Antigüidade, tendo toda positividade e sempre existindo com pleno e todo direito. De outro, as Idades Moderna e Contemporânea, que são os tempos do capitalismo, da Revolução Industrial e do progresso – também considerados pelos teóricos, historiadores, pensadores políticos, bem como pelo senso comum, com positividade em si. Entre elas figura alguma coisa ambígua, que se chamou de ‘médica’: tempo não definido por qualquer positividade.

Ao contrário, até: em geral a Idade Média é definida pelo negativo. Chamar algo de antigo, em grande medida é chamar de ‘clássico’. Qualificar de moderno é elogiar e despertar orgulho. Mais ainda é adjetivar de pós-moderno. Referir-se, porém, a algo ou alguém como medieval é quase como utilizar uma categoria de acusação, uma vez que esse tempo passou a ser considerado como a época dos bárbaros, como a Idade das Trevas, como a noite de mil anos... Ela nada tem daquela Antigüidade, pela qual temos certo respeito e nostalgia. Nada apresenta da Modernidade, em relação à qual nutrimos profundo sentimento de glória e mesmo de orgulho. Nada disso. Exceto no círculo restrito de poucos especialistas – e, ainda assim, somente desde tempos muito recentes –, para a Idade Média cabem somente as acusações mais preconceituosas. Obviamente não nos deixaremos surpreender por esta armadilha que o etnocentrismo nos prepara.

Depois, encontramos aí uma questão teórica crucial, fonte de muitos enganos e preconceitos contra o mundo medieval. Esta questão decorre do fato de pensarmos viver em uma sociedade que progride, que evolui, que se desenvolve, que busca metas e está sempre crescendo na direção de um estágio social aperfeiçoado. Concebemos a história, em conseqüência, como uma sucessão de degraus progressivos, avanços, realizações, conquistas em relação a estágios antecedentes e que nos levariam à perfeição da sociedade futura. Seria bom que tomássemos prudente distância relativamente aos perigos embutidos nessa concepção de tempo e de história.

No plano específico da história ocidental, esta concepção reproduz o modo mais geral pelo qual, muitas vezes, teóricos, ideólogos e senso comum encararam a própria trajetória da sociedade humana. Quem, dentre nós, não ouviu pelo menos uma vez a história que narra como, no início dos tempos, os homens foram seres subjugados pela natureza, hostilizados pelo mundo? Nessas concepções, os homens são invariavelmente apresentados como seres frágeis: não possuíam a garra de certos animais, a força de outros, velocidade ou resistência comparáveis... O homem vivia nos primeiros tempos como um pobre-coitado, apanhando do mundo e sendo sacrificado. Não obstante, era dotado de inteligência – faculdade que pôde materializar em ferramentas, instrumentos. Com inteligência e ferramentas, o homem, segundo tal teoria, começou a reverter o quadro inicial. De escravo da natureza, foi-se progressivamente transformando em senhor dela. Cada passo da história da humanidade passou a ser uma vitória do homem sobre o mundo e sobre si mesmo.

Todos já ouvimos essa narrativa em algum lugar: no cinema, nos livros de antropologia, nos museus, na página um dos manuais de desenvolvimento econômico. Essa teoria, que é na verdade o mito de origem da sociedade industrial, conta como a ciência e a tecnologia, pilares desta sociedade, são importantes e legítimas. Narra como a maneira de viver baseada na ciência e na tecnologia é intelectual-

mente necessária, além de emocionalmente desejável. Procura seduzir e convencer.

Não pretendo estender-me sobre este assunto, que já mereceu minha atenção em outro lugar (Rodrigues, 1989). Quero registrar, entretanto, que os percursos atuais da pesquisa antropológica tornam tal narrativa bem pouco verossímil. Em primeiro lugar, não há qualquer razão de ordem ecológica para que se aceite essa teoria baseada no pressuposto de uma miséria original. Afinal, toda espécie vive em ambiente propício à singularidade de sua vida. Espécie inadaptada ao próprio *habitat* simplesmente não existe: seus grupos migram ou desaparecem. Por que razão os homens seriam os únicos cronicamente inadaptados a seu mundo? Por que seriam eles os solitários seres fadados a não se sentir em casa, os alvejados pela hostilidade de seu próprio ambiente?

O raciocínio sobre dados arqueológicos, ademais, vem demonstrando cada vez mais claramente que esse ser humano primordial não vivia absolutamente à míngua. Até onde se pode ir no tempo, os materiais arqueológicos são surpreendentemente numerosos e de tipologias múltiplas, apesar da grande dificuldade de conservação que os milênios suscitam. As sepulturas contêm alimentos, os ossos muitas vezes são decorados, o que quer dizer que esses homens praticavam ritos e não eram seres exclusivamente movidos pelo estômago. A propósito, pergunte-se de passagem: que vivente à míngua poderia se dar ao luxo de oferecer alimentos a defuntos?

Existem ainda os estudos etnográficos (Lizot, 1980) sobre sociedades atuais de caçadores e coletores, demonstrando que vivem muito longe de uma suposta penúria, longíssimo de uma alegada miséria original. Ao contrário, contestando radicalmente um raciocínio de índole evolucionista, em geral são os agricultores (que, segundo esta teoria imagina, constituem um passo além na evolução social em relação aos caçadores-coletores) os que costumam ser mais maltratados pelo mundo e escravizados pelo trabalho. Por analogia – e inesperadamente para essa teoria da miséria original –, exatamente os caçadores da Idade da Pedra é que constituiriam o que Marshall Sahlins (1974) irônica e provocativamente designou de “a primeira sociedade de abundância”.

Há finalmente um ponto definitivo para os nossos propósitos. Quando se imagina que a história seja progressiva, evolutiva e que cada passo seja uma conquista na direção de determinadas metas, obrigatoriamente se imagina também que tudo o que for conseguido no último estágio deverá ser inexistente nos primeiros tempos, ou, no máximo, existente de modo apenas rudimentar (Clastres, 1980). Assim, se fabulamos que a história da humanidade deverá chegar ao homem que domina o planeta, certamente essa narrativa deverá começar pelo homem subjugado por este. Se essa ‘estória’, por meio de múltiplas conquistas, deságua em uma sociedade rica, claro está que no começo é a pobreza que reina; se atingirá as ‘melhores’ formas de relacionamento sexual, é evidente que no primeiro degrau haverá a promiscuidade primitiva...

O núcleo do raciocínio é o seguinte: se esse degrau inicial nunca tiver existido, é preciso que seja urgentemente inventado, porque essa ficção é o que sustenta o edifício da história. Sem esse artifício, a construção dessa estória (ou história, tanto faz) implode. Toda teoria baseada nas idéias de progresso e evolução cai por terra, se não estiver sustentada por esse primeiro momento lógico-fictício.

Decorrência perfeitamente compreensível, essa teoria-mito autoriza hierarquizar homens e sociedades. Propõe a existência de homens que já teriam realizado mais total e plenamente a humanidade. Inventava homens totalmente homens, como nós, habitantes da sociedade industrial, plenamente senhores da ciência e da tecnologia, da razão e da ferramenta, por um lado, e, por outro, homens a meio caminho, ainda no início das conquistas, homens rudimentares, à espera de realizar plenamente a humanidade. Evidentemente, trata-se também de uma teoria de poder, um mito de legitimação a autorizar intervenções. Sugere implicitamente que é possível ir ao outro, com toda a licença, para tentar aniquilar sua alteridade, exibindo o argumento de estar a lhe levar uma humanidade de que é carente. Pelo viés dessa teoria, a intervenção se transforma magicamente em caridade: tira-se o outro do fundo do poço de sua ignorância e escravidão e se o transporta às luzes da humanidade plena.

A Idade Média dos preconceitos desempenha exatamente esse papel de degrau zero do capitalismo e do socialismo. É inventada, de certo modo, com o fito de nos convencer dos progressos representados pelo capitalismo sobre o feudalismo, do socialismo sobre o capitalismo, do comunismo sobre o socialismo... Independentemente de colorações políticas de direita ou de esquerda, quem acredita no mito do progresso – teoria ou senso comum – deverá necessariamente fabular esse degrau zero, que é a Idade Média negativa. Isto porque tal é o contraponto lógico, político e ideológico do sentido de tudo o que será ‘conquistado’ pelo progresso. Encontramos aqui, por conseguinte, mais um sinal de alerta, fundamental para não viciar previamente o raciocínio que vamos desenvolver: controlar tanto quanto possível nossos ímpetos e inclinações progressistas, com o intuito de poder considerar a Idade Média em seus próprios termos.

Há ainda, nesta armadilha, um dispositivo muito sutil e imensamente importante, talvez a mais grave ameaça contra a qual nos precaver. Ao definir-se negativamente a Idade Média por aquilo que ela efetivamente não é, a acusação se fantasia de verossimilhança e adquire grande probabilidade de ser tomada por verdadeira, caso não se redobrem os esforços de atenção no sentido de contextualizar e relativizar as proposições que a materializam. Várias dessas proposições passariam perfeitamente por verídicas ou inquestionáveis, se não fossem puras negatividades; se não se limitassem exclusivamente a ser mera expressão do ponto de vista capitalista e industrial. Isto é, se não fossem essencialmente estranhas ao universo a que pretendem se referir.

Alguns exemplos tornarão essas palavras menos nebulosas. Imaginemos que se diga que a Idade Média não tenha produzido grandes pintores e compositores. Escorregaremos na constatação fácil, se não lembrarmos imediatamente que

os critérios e temáticas estéticos eram outros. E que, dado o espírito comunitário do ateliê artístico medieval, a obra de arte não era considerada expressão de uma personalidade autônoma, sendo a grande inspiração justamente a cópia e a imitação dos mestres (Hauser, 1964; Chastel, 1991).

‘Artista’, aliás, é um termo inexistente ainda no Renascimento – se com ele pretendemos nos referir a um especialista que, isolado das guildas e corporações, trabalha sozinho em seu estúdio, para solitariamente produzir, com ofuscamento de seus colaboradores, ‘a’ obra que concebe sem a intervenção, a demanda ou a encomenda de outrem. Assim, é fácil compreender que o hábito de realizar ou assinar obras artísticas individualmente ainda não se tivesse alastrado com a força que viemos a conhecer depois da emergência da cultura individualista, e que pudesse mesmo passar, nos tempos medievais, por pecado de orgulho. As primeiras assinaturas, tímidas, tinham aliás um aspecto que nos pareceria bastante canhestro: “a obra que tu vês, Fulano a fez sabiamente”, ou “Beltrano me fez” (Castelnuovo, 1989:256-257).

Embora no século XIII tenham aparecido os primeiros arquitetos, orgulhosos de si mesmos, respeitados, e assinando as obras com seus nomes (Duby, 1988b), era muito mais freqüente que o indivíduo negasse a autoria de uma música, recusando sua responsabilidade. Mesmo sendo o verdadeiro compositor, normalmente dizia que a ouviu de uma terceira pessoa (Burke, 1989). A Idade Média era um tempo em que os autores se copiavam em cadeia, sem qualquer preocupação de citar-se. Tempo em que a originalidade podia ser mal interpretada, aproximando-se do pecado de orgulho, como acabei de observar (Eco, 1988). Keith Thomas refere-se a um caso em que um arqueiro foi acusado de bruxaria, simplesmente porque atirava bem demais (1971).

Suponhamos também que se afirme que a Idade Média não tenha feito grandes progressos na direção de uma ciência inteiramente racional. Em âmbito geral, a afirmativa tem algo de verdadeiro, enquanto proposição factualmente absoluta. Não obstante, seremos induzidos a erro se não a relativizarmos, considerando que naquela época a separação entre sujeito e objeto de conhecimento não se tinha ainda completamente constituído, e que a atitude de olhar imparcial e objetivamente para o mundo, embora fosse uma possibilidade aberta aqui e ali, não era prevacente na cultura, não era preocupação preferencial das pessoas, nem era valor particularmente apreciado. Nos saberes, nas técnicas ou nas artes, as mentes generalistas e polivalentes preponderavam sobre os especialistas, talvez ainda por nascer.

Ainda um terceiro exemplo. Quando se atribui à Idade Média incapacidade de acumular grandes riquezas e de investir, antes de tropeçar na obviedade factual do argumento, não deveríamos considerar que a acumulação capitalista não era um princípio cultural do medioevo, não constituía meta ambicionada daqueles tempos, e que em seu lugar existia uma ética presidida pelo prazer não adiado, pela consumação, pelo esbanjamento e pela distribuição?

Assim como ocorreu com os povos primitivos ('sem' Estado, 'sem' classes, 'sem' escrita, 'sem' história etc.), é comum procurar-se caracterizar a Idade Média por ausências, ou seja, como um momento da história ao qual 'faltavam' traços que consideramos fundamentais. Ora, afirmar que uma árvore não é um pé de carambola, definindo-a, portanto, negativamente, é dizer muito pouco ou quase nada sobre ela. Do mesmo modo, ao acusar-se a Idade Média de não possuir algo semelhante à ciência, na verdade não se está propriamente falando da Idade Média: está-se tratando de algo muito importante para a cultura pós-renascentista, não para a medieval.

Por semelhante caminho, o raciocínio foge. Foge da positividade do medieval ao preferir abordá-lo pelo seu negativo, de modo estranho privilegiando nele exatamente o que nele não existe. Obviamente não iremos muito longe, tentando compreender macacos através da ausência de escamas. Porém o mais perigoso, em raciocínios deste teor, está na insídia da persuasão que aí reside, pois quem define a Idade Média por aquilo que efetivamente ela não é pode muito facilmente, em seqüência, convencer que a definição, assim como seus corolários, seja inteiramente correta. Raciocinando pelo negativo, corro o risco de me deixar seduzir, de me enganar por meu próprio raciocínio, de errar e permanecer no erro.

É importante também, preliminarmente, observar que a Idade Média que nos é mostrada com mais freqüência e por divulgação em larga escala – nos livros escolares, nos filmes de cinema e televisão, nas peças de teatro, na literatura de ficção, nos *best-sellers*, isto é, aquela Idade Média romanceada dos cavaleiros, das bruxas, dos carrascos, da Inquisição, da fome, das pestes, das torturas – corresponde normalmente ao cenário final dos tempos medievais. Este retrato configura mais propriamente a fisionomia de uma sociedade em crise, o rosto de um sistema social, político e econômico que se defrontava dramaticamente com seus limites e que se encontrava em vias de transformação.

Carrascos, bruxas, torturas, pestes, pobreza etc. não são as figuras típicas da sociedade medieval organizada. Aparecem, do modo mencionado, como expressões da crise daquele tempo e têm um caráter político muito claro. Não se pode dizer com absoluta certeza se são atribuíveis ao passado e seu colapso, ou se devem-se à emergência do futuro e de seus novos poderes. Ocorre, entretanto, que esses fenômenos e personagens se acomodam muito mal à idéia que gostamos de cultivar sobre os progressos do capitalismo: compreende-se, então, a quase insensível e irresistível tendência, que é ao mesmo tempo teórica e ideológica, a empurrá-los para trás no tempo.

Não se trata, de modo algum, de propor que vários desses eventos e personagens não estivessem presentes na Idade Média. Todavia, é necessário fazer uma justa contextualização deles. Por exemplo: a bruxa existia, mas era personagem mais ou menos rotineiro e cotidiano. Seu lugar por excelência não era absolutamente a fogueira (Ginzburg, 1988). Existia como a sua vizinha e coexistia perfeitamente com esta. O *Malleus Maleficarum*, mais conhecido como o martelo das

feiticeiras, de Heinrich Kramer e Jacob Sprenger, apareceu em Estrasburgo em 1487. Mesmo considerando-se que a perseguição às bruxas houvesse começado havia um século, não se trata de algo exatamente medieval.

O carrasco também existia, mas sua importância nem de longe é comparável à que veio a atingir no Século das Luzes e seguintes, quando foi até mesmo necessário inventar máquinas para racionalizar o seu serviço (Lecherbonnier, 1991). Com frequência o verdugo não era alguém distinto do senhor local, que desempenhava papel semelhante ao de juiz, além do de executor de sentenças. Torturas igualmente existiam, embora o suplício da roda tenha sido introduzido na França em 1534, por Francisco I (Delarue, 1980). Ao lado disso, é preciso considerar que as torturas recebiam um sentido bem particular, no âmbito de concepções muito específicas sobre corpo e alma, sobre o significado da dor, do sofrimento e da salvação.

É claro que existe uma duração, digamos, ‘oficial’, da Idade Média, sobre a qual muita tinta já escorreu das penas dos historiadores. Evidentemente, não é com essa duração que ~~estou convidando~~ o leitor a trabalhar. Não é essa duração, essa cronologia da história convencional, o que interessa ao antropólogo, mais preocupado com grandes conjuntos significativos do que com encadeamentos de eventos. Na verdade, é uma Idade Média existente, por assim dizer, ao lado e fora da Idade Média oficial, uma Idade Média ‘real’, que nos ocupará (Le Goff, 1980). Colocarei todas as aspas do mundo na palavra ‘real’. Mas com isso quero dizer que meu interesse se voltará para uma Idade Média que transbordou e ultrapassou em muito os limites fixados pelas datações oficiais, um medieval que permaneceu e que permanece, constituindo uma espécie de subsolo presente e atuante em nossa cultura contemporânea.

Trataremos, assim, de uma Idade Média que em grande medida remanesce como prática, como pensamento e como sentimento. Não apenas nas classes populares, inclusive nas dos países de capitalismo avançado e industrializado, como já destaquei. Estaremos lidando, nas páginas que se seguem, com algo ainda mais efetivamente presente, com uma permanência indelével, inscrita em filigrana no íntimo de nosso ser contemporâneo: enquanto nosso outro específico, o medieval, embora possa estar cronologicamente ausente, continua insistentemente presente como virtualidade atuante.

Fácil compreender: aquilo que não quero ser é parte ‘inabstraível’ do que sou; aquilo que uma sociedade renega é intimamente integrante de si. Falaremos, pois, de uma Idade Média que de certa forma não morreu. Que teve o seu grande momento, é verdade, talvez não sendo agora mais do que espectro. De uma Idade Média que passou, por assim dizer, do primeiro plano para uma espécie de bastidor. Mas o lençol d’água que ela constitui emerge com frequência, sobretudo em momentos dramáticos da nossa política e da nossa psicologia – não raro provocando inundações. Parafraseando o historiador Pierre Nora (1984), ao evocar a

Idade Média para entender a subjetividade contemporânea, de certo modo incentivo o leitor a buscar não uma gênese, mas uma decifração do que somos à luz do que pensamos que não somos mais.

Há uma Idade Média positiva. Para encontrá-la não é necessário fazer recurso a um princípio filosófico que recuse admitir que homens pudessem existir mil anos nas mais densas trevas, ~~como se esta fosse~~ uma condição humanamente suportável. Também não é preciso recorrer à experiência dos antropólogos, que não registra sociedade que exista em semelhante situação. Basta simplesmente deixar que os fatos medievais falem por si. Por esse caminho, quando falarmos de medieval encontraremos, ao contrário, um grande crescimento de populações, um fervilhar de movimentos e de trocas entre tribos e povos que se cruzavam e interinfluenciavam. Descobriremos imensa dilatação dos espaços ocupados, homens se estabelecendo nos mais diversos pontos da Europa, vindos de fora e aí lançando raízes. Verificaremos enorme florescimento de cidades, dos pequenos burgos às grandes aglomerações. Saberemos das grandes viagens para a Ásia e África, das aventuras de pessoas que foram longe e que retornaram com idéias e imaginários enriquecidos e multiplicados. Visitaremos catedrais, castelos, fortificações, grandes prédios que são obras de arte, sínteses de uma visão de mundo, obras nas quais não há um milímetro em que não se possa ver a concretização artística dos usos, das concepções, do imaginário sagrado ou cotidiano.

Não obstante, não será este lado monumental da Idade Média que nos irá ocupar para exibir sua positividade. Apenas seguiremos os passos de historiadores que, usufruindo da frutífera aproximação entre a antropologia e a história, procederam mais ou menos como etnógrafos, tentando dar uma resposta ao repto lançado por Braudel: “como sabem, os homens não comem nem bebem nos livros de história tradicional” (1987:17). Estes historiadores, dos quais estudos específicos mencionarei no decorrer da exposição, são viajantes que, em vez de se locomoverem no espaço, se deslocaram no tempo, indo a outra sociedade para compreendê-la em si, positivamente, fazendo esforço para registrar o banal, o cotidiano, as pequenas coisas do dia-a-dia.

Como era fabricado o pão? Como era o forno em que este era assado? Qual a sua localização? Quem tinha acesso a ele? Como eram as relações sexuais? Quem tinha acesso a quem? Que posições? Com que finalidades? Como as pessoas se vestiam? Existia diferença entre roupa de homem e de mulher, de criança e de adulto, vivos e mortos? Com que periodicidade se trocavam as roupas? Com que finalidade? O que se comia? Como se preparavam os pratos? Com que aspecto eram apresentados? Como eram apreciados? Talheres existiam? Quais? Como os doentes eram tratados? Onde ficavam? Que medicamentos usavam? Como se concebiam as doenças? O que se fazia com quem morria? Como eram as exéquias? E a convivência – se é que existia – entre vivos e mortos? Qual o valor da vida?

Evidentemente, não será minha a tarefa gigantesca de responder a todas essas perguntas. Cito-as fundamentalmente com intuito de ilustrar um esforço, um tipo de preocupação, um modo de olhar que consiste em colocarmo-nos, de certo modo, na posição de um existente daqueles tempos e, desse ponto de vista, tentar compreender coisas tão ‘ínfimas’ como o olhar, o olfato, o paladar, o tato, a sensibilidade auditiva, as etiquetas, os prazeres, os desprazeres...

De nossa parte, este esforço requer um grande cuidado, sobretudo para evitar o anacronismo etnocêntrico de imaginar que os nossos comportamentos, pensamentos e sentimentos sejam os ‘do Homem’ e que possam ser, conseqüentemente, projetados sobre os tempos medievais. Requer também um pouco de coragem. Assim como é necessário ao etnógrafo ter a ousadia de sair do conforto de sua casa, viajar às vezes milhares de quilômetros em circunstâncias adversas, para viver em meio a pessoas que sentem e pensam de um modo completamente diverso, ser-nos-á necessária alguma intrepidez: o destemor de abrir mão de nossa sensibilidade burguesa, para tratar de temas – fezes, lixo, sangue, morte – que, por sensibilidade burguesa, normalmente estão afastados de nossa preocupação intelectual.

Na primeira parte deste trabalho, tentarei esboçar um panorama geral da Idade Média, especialmente no que diz respeito às características mais marcantes de sua cosmovisão – vida, morte, ~~corpo, alma~~, espírito, matéria, indivíduo, sociedade... Começarei a colocar algumas primeiras idéias, muito amplas, que nos servirão de ponto de apoio para alçar vôo, seguir trilhas e tentar fugas razoavelmente específicas na direção da sensibilidade medieval e seus desdobramentos. Esta primeira parte é estratégica para realimentar ou dar inteligibilidade ao raciocínio. De modo explícito ou implícito, convidarei constantemente o leitor a retornar a esta base, ou campo de pouso, no curso dos capítulos da segunda parte.